

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

1 Chamava-se João Teodoro, só. O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio. Para João
4 Teodoro, a coisa de menos importância no mundo era João Teodoro.

Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de
7 vir a ser alguma coisa. E por muito tempo não quis nem sequer o que todos ali queriam: mudar-se para terra melhor. Mas João Teodoro acompanhava com aperto de coração o
10 depercimento visível de sua Itaoca.

“Isto já foi muito melhor”, dizia consigo. “Já teve três médicos bem bons — agora só um e bem ruinzote. Já teve
13 seis advogados e hoje mal dá serviço para um rábula ordinário como o Tenório. Nem circo de cavalinhos bate mais por aqui. A gente que presta se muda. Fica o restolho. Decididamente,
16 a minha Itaoca está se acabando...”

João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se, mas para isso necessitava dum fato qualquer que
19 o convencesse de maneira absoluta de que Itaoca não tinha mesmo conserto ou arranjo possível.

“É isso”, deliberou lá por dentro. “Quando eu verificar
22 que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada, então arrumo a trouxa e boto-me fora daqui.”

Um dia aconteceu a grande novidade: a nomeação de
25 João Teodoro para delegado. Nosso homem recebeu a notícia como se fosse uma porretada no crânio. Delegado, ele! Ele que não era nada, nunca fora nada, não queria ser nada, não
28 se julgava capaz de nada...

Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que
31 prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de
34 Itaoca!...

João Teodoro caiu em meditação profunda. Passou a noite em claro, pensando e arrumando as malas. Pela
37 madrugada botou-as num burro, montou no seu cavalinho magro e partiu.

Antes de deixar a cidade foi visto por um amigo
40 madrugador.

— Que é isso, João? Para onde se atira tão cedo, assim de armas e bagagens?

43 — Vou-me embora — respondeu o retirante. — Verifiquei que Itaoca chegou mesmo ao fim.

— Mas, como? Agora que você está delegado?

46 — Justamente por isso. Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro. Adeus.

E sumiu.

Monteiro Lobato. **Um homem de consciência**. In: **Contos completos/Monteiro Lobato**. 1.ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 1 a 9.

- 1 Infere-se do trecho “O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio” (linhas de 1 a 3) que João Teodoro era um homem simplório.
- 2 De acordo com o texto, os habitantes de Itaoca consideravam que João Teodoro reunia as qualidades necessárias para ser um bom delegado.
- 3 No trecho “Chamava-se João Teodoro, só” (linha 1), o termo “só” qualifica o sujeito da oração, “João Teodoro”, caracterizando o personagem principal da história como um indivíduo solitário.
- 4 O parágrafo constituído pelo trecho “Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de Itaoca!” (linhas de 29 a 34) marca o momento em que João Teodoro decide deixar Itaoca, por verificar que não estava à altura de um cargo tão importante como o de delegado.
- 5 O trecho “com aperto de coração” (linha 9) e a forma pronominal “minha”, em “a minha Itaoca” (linha 16), revelam o afeto de João Teodoro por Itaoca; tal sentimento, contudo, não foi suficiente para fazer o personagem permanecer na cidade.
- 6 No texto, o emprego do grau superlativo nos adjetivos “Honestíssimo” (linha 2), “lealíssimo” (linha 2) e “seriíssima” (linha 30) expressa ironia.
- 7 A nomeação de João Teodoro como delegado consistiu no fato de que ele necessitava para ser convencido, definitivamente, de que Itaoca não tinha conserto ou arranjo possível.
- 8 Infere-se do texto que a decisão de João Teodoro de se mudar de cidade não foi impensada nem repentina, mas determinada pela reflexão, o que se evidencia nos trechos “João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se” (linhas 17 e 18), “deliberou lá por dentro” (linha 21) e “João Teodoro caiu em meditação profunda” (linha 35).
- 9 Em “Justamente por isso” (linha 46), o termo “isso” se refere ao declínio de Itaoca, retomando a ideia presente no trecho “Itaoca chegou mesmo ao fim” (linha 44).


Acerca dos aspectos gramaticais e dos sentidos do texto apresentado, julgue os itens de 10 a 20.

- 10 O trecho “Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa” (linhas 6 e 7) poderia ser reescrito da seguinte maneira, mantendo-se sua correção gramatical e a coerência textual: **Nunca havia sido nada na vida, tampouco admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa**.
- 11 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto, o termo “depercimento” (linha 10) poderia ser substituído por **desprendimento**.

- 12 As vírgulas empregadas no trecho “que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo” (linhas de 30 a 32) separam orações que desempenham a mesma função sintática.
- 13 No trecho “Fica o restolho” (linha 15), a expressão “o restolho” exerce a função sintática de objeto direto.
- 14 O trecho “Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada” (linhas de 21 a 23) apresenta valor condicional.
- 15 Seria preservada a correção gramatical do trecho “a ideia de também mudar-se” (linhas 17 e 18) caso o termo “se” fosse deslocado para antes de “mudar” — escrevendo-se **a ideia de também se mudar**.
- 16 Seria gramaticalmente correta e manteria o sentido original do texto a seguinte reescrita do trecho “Já teve três médicos bem bons” (linhas 11 e 12): **Já houveram três médicos bem bons**.
- 17 Na linha 32, a expressão “Uma coisa colossal” exerce a função de sujeito de “ser”.
- 18 Os dois-pontos subsequentes a “um defeito apenas” (linhas 2 e 3), “o que todos ali queriam” (linha 8) e “a grande novidade” (linha 24) foram empregados, em todas essas ocorrências, com a finalidade de introduzir um trecho que apresenta um esclarecimento.
- 19 Na linha 18, o emprego da preposição **de**, presente na contração “dum”, deve-se à regência da forma verbal “necessitava”.
- 20 No trecho “Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro” (linhas 46 e 47), o emprego da preposição “em”, logo após “Terra”, deve-se à regência da forma verbal “moro”.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de **21** a **25**, relativos aos conceitos de *hardware*, ao sistema operacional Windows 10 e ao programa Microsoft Word 2013.

- 21 A unidade central de processamento (CPU) necessita de uma área de memória para armazenar alguns resultados e algumas referências enquanto processa informações.
- 22 A memória é o único componente responsável por fornecer alta *performance* e velocidade de processamento a um computador.
- 23 Ao criar uma senha no Windows 10 para fins de *logon*, não é permitido que o usuário digite a sua senha exata como dica.
- 24 O Windows 10 possui uma barra com os ícones de todos os programas instalados. Essa barra chama-se Charms e está localizada na lateral direita da tela.
- 25 Os comandos , do Word 2013, disponíveis na guia Página Inicial > Parágrafo, possuem, respectivamente, as seguintes funções: alinhar à esquerda; justificar; e alinhar à direita.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de *backup*, julgue os itens de **26** a **30**.

- 26 A ligação física de uma WAN ponto a ponto a um ISP (*Internet Service Providers*) permite que o usuário se torne parte da Internet.
- 27 O FTP (*File Transfer Protocol*) é o protocolo de transferência de hipertexto. É ele que permite a navegação na *Word Wide Web*.
- 28 No sistema operacional Windows, as extensões de arquivo bin e csv representam, respectivamente, o formato do arquivo de lote do computador e o formato do arquivo de biblioteca de vínculo dinâmico.
- 29 No processo de compactação de arquivos, quanto maior for a taxa de compressão, menor será o tamanho do arquivo comprimido.
- 30 Procedimentos como realizar *backups* e manter as mídias dos *backups* em locais seguros facilitam a sua recuperação em caso de necessidade.

Se “O Dunga é dengoso e o Soneca não é mestre se, e somente se, a Branca de Neve é feliz.” uma proposição verdadeira e “Se a Branca de Neve é feliz, então o Atchim é zangado ou o Soneca é mestre” uma proposição falsa, julgue os itens de **31** a **35**.

- 31 A Branca de Neve é feliz.
- 32 O Dunga é dengoso.
- 33 O Atchim é zangado.
- 34 O Soneca é mestre.
- 35 A proposição “Se o Soneca é mestre, então a Branca de Neve é feliz.” é falsa.

Considerando uma esfera com 36π metros cúbicos de volume, julgue os itens de **36** a **40**.

- 36 O raio dessa esfera é igual a 3 metros.
- 37 Se um cone tiver o raio da sua base igual ao raio de uma esfera, para que o seu volume seja igual ao volume da esfera, será necessário que sua altura seja igual a 120 centímetros.
- 38 Se se duplicar o raio dessa esfera, o seu volume aumentará em 700%.

Considere-se que o conjunto A seja dado por $A = \{-3, -1, 1, 7, 10\}$, o conjunto B seja o conjunto de todos os números naturais e o conjunto C seja o conjunto de todos os números racionais. Com base nessas informações, julgue os itens **39** e **40**.

- 39 O conjunto $A \cap B \cap C$ é o conjunto vazio.
- 40 $A \cap B = A - \{-1, -2, -3\}$.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que concerne à ética no serviço público, julgue os itens **41 e 42**.

- 41** O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, seu poder ou sua autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- 42** Toda ausência, ainda que justificada, do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

Acerca da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **43 a 52**.

- 43** As entidades privadas para cuja criação ou custeio o erário público haja concorrido no seu patrimônio ou na sua receita atual não estão sujeitas às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista que não integram a administração indireta.
- 44** Não configura improbidade administrativa a ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevaemente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 45** Apenas os agentes políticos integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo sujeitam-se às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 46** O herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que enriquecer ilícitamente deverá repará-lo integralmente.
- 47** Permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 48** As sanções aplicadas a pessoas jurídicas não estão adstritas ao princípio constitucional do *non bis in idem*.
- 49** Constitui crime a representação, por ato de improbidade, contra agente público quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- 50** É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.
- 51** Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade, independentemente de comprovação da má-fé do denunciante.
- 52** A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **53 a 58**.

- 53** Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, independentemente de exigência legal.
- 54** Em inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou da autoridade responsável pelo processo deverão ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

- 55** Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- 56** Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados deverão realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- 57** Os prazos processuais começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.
- 58** Em quaisquer hipóteses, a desistência do interessado no prosseguimento do processo administrativo prejudicará a sua resolução, ainda que haja interesse público envolvendo a questão.

Tendo em vista o disposto na Lei n.º 12.527/2011 e no Decreto n.º 7.724/2012, julgue os itens de **59 a 63**.

- 59** Os órgãos e as entidades deverão criar um serviço de informações ao cidadão (SIC), com o objetivo de, entre outros, receber e registrar pedidos de acesso à informação.
- 60** A informação em poder dos órgãos e das entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada em grau ultrassecreto, secreto ou reservado.
- 61** O prazo máximo de classificação da informação em grau reservado é de 25 anos.
- 62** O acesso à informação classificada como sigilosa desobriga aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- 63** A classificação do sigilo das informações no grau ultrassecreto é de competência exclusiva do presidente da República.

Com relação à Lei n.º 3.820/1960, julgue os itens de **64 a 70**.

- 64** Os presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia prestarão, anualmente, suas contas perante o Tribunal de Contas da União.
- 65** Cada conselheiro federal será eleito, em seu estado de origem, juntamente com um suplente.
- 66** A eleição para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais far-se-á por meio do voto direto e secreto, por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta dos inscritos.
- 67** As empresas e os estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico não se sujeitam à fiscalização do Conselho Regional de Farmácia.
- 68** Caso o interessado tenha de exercer, temporariamente, a profissão em outra jurisdição, ele ficará dispensado de apresentar sua carteira perante o respectivo Conselho Regional.
- 69** As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas estão isentas do pagamento de anuidades, desde que contratem mais de três profissionais.
- 70** O poder de punir disciplinarmente compete, com exclusividade, ao Conselho Regional em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do controle de constitucionalidade das leis, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** A inconstitucionalidade por ação pressupõe uma conduta positiva do legislador, que não se compatibilize com os princípios constitucionalmente consagrados.
- 72** A inconstitucionalidade material envolve apenas o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional.
- 73** A lei editada em compatibilidade com a ordem constitucional não poderá, posteriormente, se tornar com ela incompatível em virtude de mudanças ocorridas nas relações fáticas ou na interpretação constitucional.
- 74** O controle de constitucionalidade contempla o próprio direito de revisão reconhecido ao poder constituinte derivado.
- 75** Os vícios formais afetam o ato normativo singularmente considerado, atingindo diretamente o seu conteúdo e referindo-se aos pressupostos e aos procedimentos relativos à formação da lei.

Quanto à eficácia das leis no tempo e no espaço, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** Quando uma lei atinge os efeitos dos atos jurídicos praticados, as situações jurídicas constituídas ou os direitos subjetivos adquiridos sob o império da lei caduca, diz-se que é retroativa.
- 77** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar, em todo o País, 45 dias depois de oficialmente publicada.
- 78** Em não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- 79** Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- 80** O direito positivo nacional, mesmo diante de um fato em conexão com ordenamentos jurídicos de outros países, não pode mandar que sejam julgadas as relações jurídicas dele geradas pelo direito estrangeiro.

No que se refere às obrigações no direito brasileiro, julgue os itens de **81 a 90**.

- 81** O conceito de obrigação pode ser definido como a relação jurídica permanente, existente entre um sujeito ativo, denominado credor, e um sujeito passivo, denominado devedor, cujo objeto consiste em uma prestação situada no âmbito dos direitos pessoais, positiva ou negativa.

- 82** De acordo com o conteúdo da prestação, a obrigação pode ser positiva ou negativa.
- 83** São divisíveis as obrigações suscetíveis de cumprimento fracionado e indivisíveis as que somente podem se cumprir na sua integralidade.
- 84** Sendo plurais os credores e a obrigação indivisível, qualquer deles poderá demandar o devedor pela dívida inteira e, recebendo a prestação, tornar-se, a seu turno, devedor dos demais credores, pela quota-parte de cada um, obedecendo, no rateio, ao que o título estabeleceu ou, no silêncio deste, à divisão em partes iguais.
- 85** Quando os devedores estão sujeitos a uma prestação indivisível, no caso de vir ela a converter-se em seu equivalente pecuniário, a obrigação tornar-se-á divisível e estes ficarão solidariamente responsáveis.
- 86** Para que se possa vislumbrar a solidariedade, é necessário que haja a concorrência de mais de um credor ou de mais de um devedor, ou de vários credores e vários devedores simultaneamente.
- 87** Quando existem credores solidários, se diz que a solidariedade é da parte dos sujeitos ativos, ou simplesmente solidariedade ativa.
- 88** Diz-se que é acessória uma obrigação quando ela tem existência autônoma, independente de qualquer outra.
- 89** O caráter acessório ou principal da obrigação é uma qualidade que lhe pode advir somente por força de determinação legal.
- 90** O caráter acessório das obrigações somente pode ser configurado no momento de sua constituição.

Acerca dos princípios constitucionais e gerais do processo civil, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** O princípio do devido processo legal tem a função de criar os elementos necessários à promoção do ideal de protetividade dos direitos, integrando o sistema jurídico eventualmente lacunoso.
- 92** O devido processo legal é um princípio que não se aplica no processo de produção dos negócios jurídicos.
- 93** O princípio da legalidade pode funcionar como uma norma processual ou como uma norma de decisão.
- 94** O dever de observar o princípio da legalidade significa que a interpretação dos textos normativos deve ser estritamente literal.
- 95** O princípio do contraditório é um reflexo do princípio democrático na estruturação do processo.

- 96** O princípio do contraditório consiste apenas na garantia da parte de poder influenciar a decisão a ser tomada pelo magistrado.
- 97** A dimensão formal do contraditório é o fundamento para que se considere como fundamental o direito de ser acompanhado por um advogado.
- 98** O princípio da proteção da confiança é a dimensão objetiva do conteúdo do princípio da segurança jurídica.
- 99** Há uma íntima relação entre o princípio da publicidade e a regra da motivação das decisões judiciais, na medida em que a publicidade torna efetiva a participação no controle dessas mesmas decisões.
- 100** O princípio da boa-fé processual torna ilícitas as condutas processuais animadas pela má-fé.

Com base no Código de Ética Farmacêutica e no Código de Processo Ético (Resolução CFF n.º 711/2021), julgue os itens de **101 a 110**.

- 101** A dimensão ética profissional é determinada em todos os seus atos, sem qualquer discriminação, pelo benefício ao ser humano, aos demais seres vivos e ao meio ambiente e pela responsabilidade social e consciência de cidadania.
- 102** A profissão farmacêutica deve ser exercida com vistas à promoção, à prevenção e à recuperação da saúde, com fins meramente mercantilistas.
- 103** O trabalho do farmacêutico deve ser exercido com autonomia técnica e sem a inadequada interferência de terceiros, sendo amplamente admitidas as finalidades políticas ou religiosas.
- 104** É direito do farmacêutico recusar o fornecimento de medicamentos a estabelecimentos que não cumpram os requisitos legais para a aquisição.
- 105** O farmacêutico que não estiver no exercício efetivo da profissão não tem o dever de comunicar às autoridades competentes os fatos que caracterizem infringência às normas que regulam o exercício das atividades farmacêuticas.
- 106** É lícito ao farmacêutico exercer, simultaneamente, a medicina.
- 107** Prescreve em 36 meses a constatação fiscal de ausência do farmacêutico nos estabelecimentos, por meio de auto de infração ou termo de visita, para efeito de instauração de processo ético.

- 108** Instaurado o processo ético-disciplinar, mediante despacho do presidente do Conselho Regional de Farmácia, a secretaria o registrará por escrito, atribuindo-lhe um número, e, de imediato, o encaminhará à Comissão de Ética.
- 109** O processo será formalizado por meio de autos, que poderão ocorrer por meio eletrônico, com peças anexadas por termo e com folhas numeradas, sendo os despachos, os pareceres e as decisões juntados, preferencialmente, em ordem cronológica.
- 110** Compete ao Conselho Regional de Farmácia a execução da decisão proferida em processo ético-disciplinar, que se processará nos estritos termos do acórdão e será anotada no prontuário do infrator.

Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue os itens de **111 a 120**.

- 111** A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- 112** Desde que devidamente motivada e amparada em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- 113** O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar é causa automática de nulidade, independentemente da existência de prejuízo à defesa do interessado.
- 114** O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular, sendo os herdeiros da vítima ilegítimos para ajuizar ou prosseguir com a ação indenizatória.
- 115** Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- 116** A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do trânsito em julgado da decisão condenatória.
- 117** A fiança prestada sem a autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.
- 118** O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.
- 119** O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- 120** A teoria da encampação é aplicável ao mandado de segurança, ainda que não exista vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica, de tinta **preta** ou **azul**, fabricada em material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O inconformismo arrebatava homens e mulheres nas situações incômodas e desfavoráveis. Poucos aquiescem passivamente à adversidade. Envolvendo a rotina da condição humana conflitos intersubjetivos, resolvidos por intermédio da intervenção do Estado, a vida em sociedade se transforma em grandiosa fonte de incômodos.

Araken de Assis. **Manual dos recursos**. 1.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Recursos no processo civil

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o conceito de recurso no processo civil;
- b) as correntes doutrinárias sobre a natureza jurídica do recurso; e
- c) a diferenciação entre os recursos de motivação livre e os recursos de motivação vinculada.